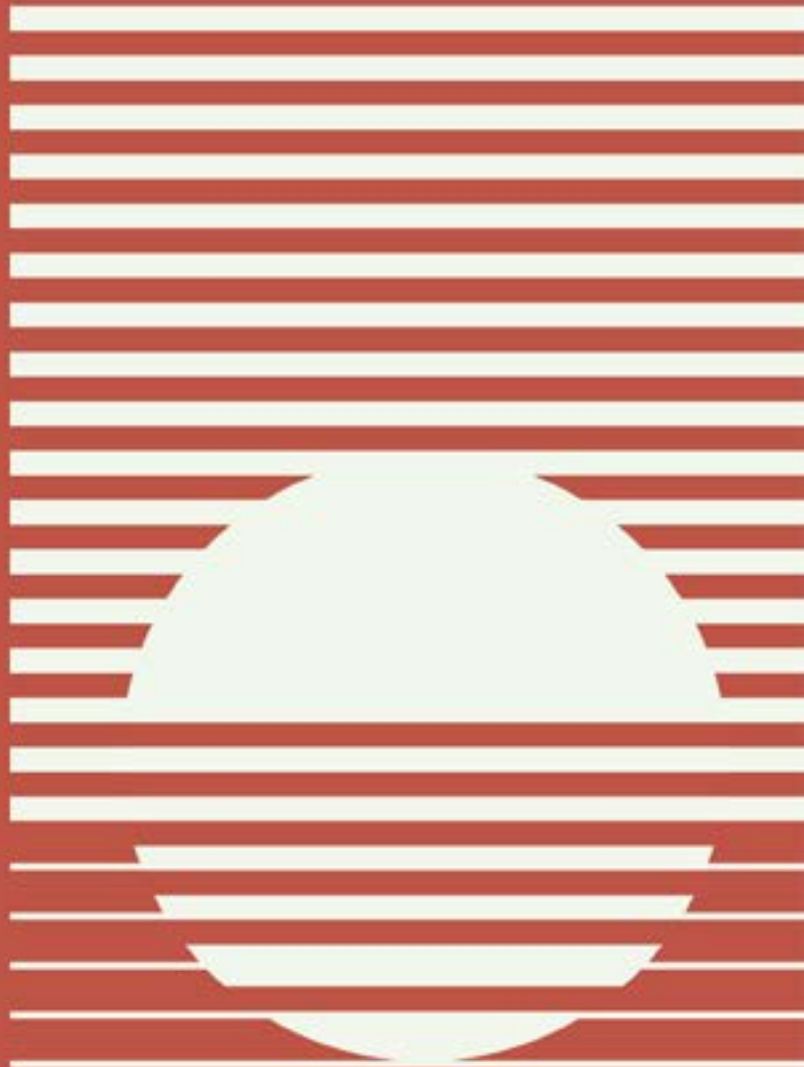


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



10
2025



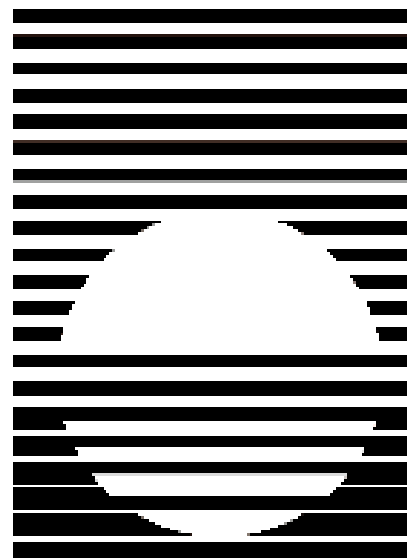
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Lula e Trump têm primeiro encontro presencial e distensionam a relação Brasil-EUA

Brasil reforça laços com Indonésia, Malásia e ASEAN

Página 05

Vitória nas eleições legislativas fortalece governo Milei

Trump autoriza ações da CIA na Venezuela

EUA suspendem auxílio financeiro à Colômbia e sancionam o presidente Gustavo Petro

Página 06

Rodrigo Paz vence eleição presidencial na Bolívia

CONAIE anuncia fim do Paro Nacional e prioriza voto contra o governo em referendo

Página 07

Boric viaja à Itália e à Coreia do Sul para diversificar o comércio chileno

Instabilidade, protestos e repressão: os impasses do novo governo no Peru

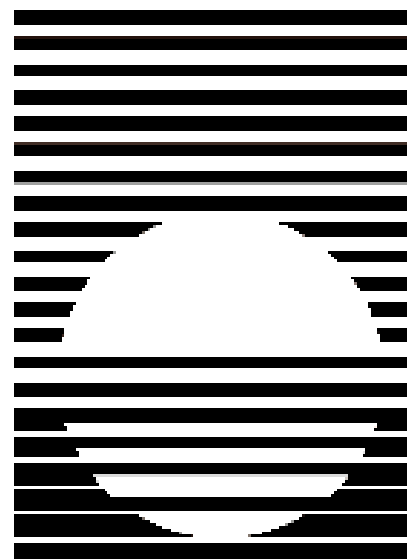
Página 08

Argentina e Paraguai reforçam alinhamento com os Estados Unidos

Agricultores franceses protestam contra acordo Mercosul-UE e bloco sul-americano busca ampliar parcerias comerciais

Página 09

Comissão Europeia valida acordo com o Mercosul e bloco confirma parceria com EFTA



Lula e Trump têm primeiro encontro presencial e distensionam a relação Brasil-EUA

Os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos EUA, Donald Trump, tiveram um primeiro encontro presencial, no dia 26 de outubro, durante a Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), realizada na Malásia. A reunião ocorreu em meio à vigência do “tarifaço” de 50% sobre todas as importações do Brasil feitas pelos EUA, decidido unilateralmente por Trump em 9 de julho. O encontro passou a ser articulado a partir da abertura da Assembleia Geral da ONU, ocorrida em 23 de setembro, em Nova York, quando Trump declarou que havia conhecido Lula e que marcariam um encontro em breve para discutir negócios. No dia 6 de outubro, os dois chefes de Estado realizaram um telefonema, no qual trataram de questões de comércio e investimento, mas também das pressões dos EUA contra membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e da crise na Venezuela. Na ocasião, Trump designou seu secretário de Estado, Marco Rubio, como encarregado para negociar o tarifaço. No dia 16, Rubio recebeu o chanceler brasileiro Mauro Vieira, em Washington, para dar início à negociação, em uma reunião que também contou com o Representante de Comércio dos EUA, Jamieson Greer. Em nota conjunta, as autoridades afirmaram que tiveram conversas muito positivas sobre comércio e outras questões bilaterais e estabeleceram uma rota de trabalho. Por sua vez, o ministro brasileiro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou ter sido convidado para uma reunião com o secretário de Energia americano, Chris Wright, para discutir minerais críticos. Finalmente, no encontro presencial com Trump na Malásia, Lula solicitou a suspensão do tarifaço enquanto a negociação estiver em andamento e renovou o pedido para a revisão de medidas punitivas contra juízes do STF. Por sua vez, Trump expressou admiração pela carreira política de Lula, inclusive por ter sido perseguido pela Justiça, provado sua inocência e retornado à presidência. No dia seguinte, ainda na Malásia, representantes da área de comércio dos dois governos deram início aos detalhes técnicos de um acordo bilateral. Segundo o secretário-executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) do Brasil, Márcio Elias Rosa, o país enviará uma delegação de alto nível para Washington, a fim de dar continuidade à negociação. Para atenuar o tarifaço, os EUA pedem concessões do Brasil em

temas como redução de tarifas aplicadas ao etanol norte-americano, acesso às terras raras brasileiras, compromisso de investimentos de empresas brasileiras nos EUA e participação de empresas dos EUA nas compras governamentais do Brasil.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 06/10/2025; [MRE](#), 16/10/2025; [Valor](#), 16/10/2025; [Planalto](#), 26/10/2025; [UOL](#), 26/10/2025; [Valor](#), 27/10/2025.

Brasil reforça laços com Indonésia, Malásia e ASEAN

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fez novas viagens para a Ásia, em outubro, a fim de reforçar parcerias econômicas com o continente, objetivo que vem marcando seu terceiro mandato. Nos dias 23 e 24, Lula fez uma visita de Estado à Indonésia, onde foi recebido pelo presidente Prabowo Subianto. O líder indonésio havia visitado o Brasil em julho, durante a Cúpula do BRICS+, quando acordou um fortalecimento da Parceria Estratégica bilateral, existente desde 2008 e a primeira que o Brasil firmou com um país do Sudeste Asiático. Na visita de Lula, oito acordos de cooperação foram assinados, nas áreas de agropecuária, energia, comércio, ciência e estatística. Também foi realizado um fórum de empresários com mais de 100 participantes dos dois países. Em uma coletiva de imprensa, Lula lembrou que o Brasil e a Indonésia formam um mercado de 500 milhões de pessoas, e Subianto afirmou que os dois países constituem uma força dentro do Sul Global. Em seguida, o presidente brasileiro visitou a Malásia, entre os dias 24 e 28. Tratou-se da primeira viagem de um presidente brasileiro ao país em 30 anos. Lula reuniu-se com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim, com quem assinou sete acordos de cooperação em comércio agrícola, agricultura sustentável, semicondutores e pesquisa espacial. Além disso, Lula participou, como convidado, de uma Cúpula de Chefes de Estado da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), marcando a primeira participação desse tipo por um presidente brasileiro. Em declarações, Lula destacou a importância do multilateralismo, lembrou que a ASEAN é o quinto maior parceiro comercial do Brasil e responsável por 20% do superávit comercial brasileiro em 2024 e defendeu uma maior aproximação do bloco com o Mercosul. Durante a cúpula, o presidente brasileiro também teve encontros com os representantes de

Vietnã, Singapura e Estados Unidos.

Fontes: [Planalto](#), 23/10/2025; [Planalto](#), 25/10/2025; [Planalto](#), 26/10/2025; [Planalto](#), 27/10/2025; [Planalto](#), 27/10/2025; [Rádio Gov](#), 27/10/2025.

Vitória nas eleições legislativas fortalece governo Milei

No dia 15 de setembro, o governo estadunidense, por meio de um comunicado assinado pelo presidente Donald Trump, retirou parcialmente a certificação da Colômbia como um país eficiente no combate ao narcotráfico. O anúncio foi feito por seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, o qual afirmou que o país estaria sendo “descertificado após dezenas de mortes de policiais, especialmente soldados, e pessoas comuns, tentando impedir que a cocaína chegasse até eles”. Como justificativa para tal, os EUA alegaram que o país sul-americano teria descumprido “manifestamente suas obrigações de controle de drogas”. Por se tratar de uma retirada parcial, ou condicional, da certificação, o governo estadunidense garantiu que não imporá sanções. Porém, caso haja uma “descertificação” total, como possíveis consequências, a Colômbia pode sofrer com a redução de ajuda militar; auxílio estadunidense para programas sociais e econômicos; bloqueio de empréstimos em instituições internacionais; e sanções tarifárias. Em resposta, o presidente Gustavo Petro anunciou que as forças militares colombianas não dependem mais do apoio dos EUA e que seu país tem feito sacrifícios no combate ao narcotráfico. É a primeira vez, em 30 anos, que a Colômbia perde tal certificação. A outra ocorreu no contexto da presidência de Ernest Samper, que também possuía divergências diplomáticas com Washington. Essas diferenças entre a política externa de Petro e de Trump ficaram ainda mais evidente em meio a 80ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Durante seu discurso, a liderança colombiana defendeu o fim do genocídio em Gaza - que, segundo Petro, teria o apoio estadunidense - e a responsabilização criminal daqueles responsáveis pelo ataque promovido pelo governo dos EUA a embarcações no Caribe. Além do púlpito da ONU, Petro participou de uma manifestação, na qual pediu que os soldados estadunidenses desobedecessem às ordens de Trump. Em retaliação, o governo dos EUA revogou o visto do presidente colombiano alegando que ele teria se posicionado de forma imprudente e

incendiária. Já Petro acusou os EUA de violar a legislação internacional ao restringir vistos a membros do governo colombiano, sugeriu a retirada da sede da ONU de Nova Iorque e afirmou que substituiria todos os embaixadores que estivessem alinhados com a política externa estadunidense no lugar da sua.

Fontes: [Associated Press](#), 20/10/25; [BBC](#), 27/10/25; [G1](#), 02/11/25; [Infobae](#), 14/10/25; [Reuters](#), 29/10/25.

Trump autoriza ações da CIA na Venezuela

No dia 15 de outubro, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou, em coletiva de imprensa, que autorizou a Agência Central de Inteligência (CIA) a conduzir operações secretas na Venezuela. Justificou a medida com as alegações de que o governo de Nicolás Maduro está soltando um grande número de prisioneiros e os enviando para os EUA, assim como facilitando o narcotráfico por via marítima com o objetivo de aumentar o fluxo de drogas para o país. A medida de Trump permite que a CIA realize “operações letais” no país sul-americano e conduza operações relacionadas no Caribe. Após a declaração de Trump, Maduro condenou o que chamou de “golpes de Estado orquestrados pela CIA” e afirmou não querer uma guerra no Caribe e na América do Sul.

Fontes: [New York Times](#), 15/10/2025; [Valor Econômico](#), 15/10/2025; [G1](#), 22/10/2025.

EUA suspendem auxílio financeiro à Colômbia e sancionam o presidente Gustavo Petro

No dia 19 de outubro, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que suspenderia o auxílio econômico ao governo colombiano. Segundo o mandatário estadunidense, Gustavo Petro seria uma “liderança do narcotráfico, que encoraja a produção em massa de drogas” e, portanto, não receberia mais a ajuda financeira de combate ao narcotráfico no país. Além disso, Trump afirmou que a Colômbia deveria encerrar os cultivos de narcóticos imediatamente. Caso contrário, defendeu que os EUA o fariam e que esse processo não seria “de uma forma agradável”. Em resposta, o ministro do Interior da Colômbia, Armando Benedetti, classificou as afirmações de Trump

como uma possível ameaça de invasão ou ação terrestre contra o país. Além de retrucar as críticas de Trump, Petro convocou o embaixador em Washington para esclarecimentos sobre as falas e a possibilidade de novas tarifas sobre importações da Colômbia. Antecipando-se à reunião e negando tal cenário, o Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou que seu governo não aumentaria as tarifas contra o país sul-americano por acreditar que muitas autoridades colombianas “continuam muito pró-EUA” e que o único problema seria seu “presidente lunático”. Limitando as ações a Petro um dia após a declaração de Marco Rubio, 24 de outubro, os EUA incluíram, na Lista Clinton, a liderança; sua esposa, Verónica Alcocer; seu filho, Nicolás Petro; e o ministro do Interior, Armando Benedetti. Sancionados financeiramente, as figuras ligadas ao presidente colombiano tiveram seus nomes adicionados a um relatório do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA, que monitora indivíduos ligados ao narcotráfico, terrorismo e lavagem de dinheiro. Como ações empregadas àqueles presentes na (conforme é oficialmente nomeada) Lista de Cidadãos Especialmente Designados, é possível citar a abertura de uma investigação pelo governo estadunidense e o bloqueio de todos os bens e transações econômicas nos EUA ou que passem por empresas norte-americanas. Esse processo de deterioração das relações bilaterais seguiu após a réplica de Petro, que acusou as ações militares dos EUA no Caribe e Pacífico como “absolutamente ineficazes” e defendeu que o discurso de luta contra as drogas seria um pretexto para a invasão de Estados sul-americanos visando o controle sobre o petróleo desses países. Em meio ao tensionamento das relações com o principal parceiro econômico, o governo colombiano seguiu com o processo de diversificação de mercados. No dia 29 de outubro, Petro anunciou, em território saudita, que a Colômbia alcançou a certificação Halal, a qual permite a comercialização de café e cacau com países islâmicos. A partir de tal, o país poderá expandir suas exportações para novos mercados. Além disso, o presidente inaugurou a primeira embaixada colombiana em Riade, capital da Arábia Saudita.

Fontes: [La Silla Vacía](#), 19/10/2025; [O Globo](#), 20/10/2025; [Semana](#), 22/10/2025; [El Colombiano](#), 23/10/2025; [La Silla Vacía](#), 24/10/2025; [CNN](#), 28/10/2025; [W Radio](#), 29/10/2025.

Rodrigo Paz vence eleição presidencial na Bolívia

Em 19 de outubro, ocorreu o segundo turno da eleição presidencial boliviana. Rodrigo Paz Pereira, do Partido Demócrata Cristiano (PDC), venceu com cerca de 54,6% dos votos, derrotando Jorge “Tuto” Quiroga, da Aliança Libre, que obteve aproximadamente 45,3%. Embora vitorioso, Paz precisará articular alianças na Assembleia Plurinacional para governar com estabilidade. Nas eleições legislativas de 17 de agosto para o Senado, o PDC obteve 16 assentos; a Aliança Libre, 12; a coalizão Unidad, 7; o Súmate, 1; e o Movimiento Al Socialismo (MAS), nenhum. Na Câmara dos Deputados, a composição será de 49 cadeiras para o PDC, 39 para a Alianza Libre, 26 para a Unidad, 9 para a Alianza Popular, 5 para o Súmate e 2 para o MAS. Trata-se de um cenário de redefinição das forças políticas na Bolívia, após o fim da hegemonia de cerca de duas décadas do MAS.

Fontes: [Fides](#), 26/08/2025; [El Deber](#), 19/10/2025; [BBC Brasil](#), 19/10/2025.

CONAIE anuncia fim do Paro Nacional e prioriza voto contra o governo em referendo

No final de setembro de 2025, o Equador enfrentou um Paro Nacional que se estendeu até o dia 23 de outubro, desencadeado pela decisão do presidente Daniel Noboa de eliminar o subsídio ao diesel que elevou o preço do combustível em 56%. O movimento político foi liderado pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), que lidera uma rejeição ampla à agenda política do governo, inclusive à realização de uma Consulta Nacional em novembro de 2025. O movimento popular foi marcado por bloqueios de estradas, confrontos violentos e forte repressão estatal. Em resposta aos protestos, Noboa decretou estado de exceção em várias províncias, mobilizando militares e policiais contra manifestantes. Os episódios mais graves, como os incidentes em Imbabura e Cotacachi, incluíram a morte de três manifestantes e centenas de feridos e detidos. A violência dos confrontos entre manifestantes e forças de segurança chamaram a atenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que publicou um comunicado sobre os incidentes em 14 de outubro com o registro do quantitativo

de mortos, presos e desaparecidos até o momento. O documento considera as alegações do governo equatoriano sobre danos ao patrimônio e ataques contra agentes do Estado, mas insta ao diálogo e à investigação sobre as violações de direitos humanos. Em 20 de outubro, o governo suspendeu o diálogo com os indígenas, acusando a Conaie de descumprir acordos e manter bloqueios. Dois dias depois, a Conaie anunciou o fim do Paro Nacional, citando a “brutal repressão” e a necessidade de proteger a vida de seus integrantes, mas redirecionou a estratégia do movimento para a campanha pelo voto “Não” a todas as perguntas preparadas pelo governo para o referendo de 16 de novembro. Entre as questões que constarão do formulário eleitoral, estão a permissão à instalação de bases estrangeiras no país, a redução do número de membros da Assembleia Nacional, a proibição de financiamento público de campanha política e a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. O processo terá uma campanha eleitoral de 13 dias (de 1º a 13 de novembro).

Fontes: [BBC](#), 08/10/2025; [France 24](#), 13/10/2025; [CIDH](#), 14/10/2025; [Infobae](#), 20/10/2025; [Swiss Info](#), 22/10/2025; [CNN em Español](#), 23/10/2025; [Deutsche Welle](#), 27/10/2025; [Primícias](#), 31/10/2025.

Boric viaja à Itália e à Coreia do Sul para diversificar o comércio chileno

Entre os dias 12 e 15 de outubro, o presidente do Chile, Gabriel Boric, visitou a Itália com o objetivo de fortalecer os laços comerciais entre os dois países. No dia 15 de outubro, Boric participou do Encontro de Negócios Chile-Itália, no qual ressaltou o potencial do país andino como “hub de investimentos para a América Latina”, destacando a estabilidade institucional e a transição energética como diferenciais competitivos. Ainda em 15 de outubro, o presidente chileno se reuniu com seu homólogo italiano, Sergio Mattarella, para tratar das relações comerciais bilaterais, da defesa dos direitos humanos e da implementação do Acordo de Associação Chile-União Europeia. Apesar da pressão de setores da oposição doméstica para que se encontrasse com a primeira-ministra Giorgia Meloni, Boric optou por não agendar a reunião, já que “protocolarmente, o que corresponde é de presidente a presidente”, conforme declarou Van Klaveren. Já entre os dias 28 de outubro

e 1º de novembro, Boric viajou à Coreia do Sul para cumprir uma agenda de fortalecimento comercial, que incluiu sua participação na Cúpula da APEC 2025 e no Seminário Empresarial Chile-Coreia. Em 30 de outubro, reuniu-se em Seul com Ban Ki-moon, ex-secretário-geral da ONU, para discutir a candidatura de Michelle Bachelet à Secretaria-Geral da organização. Ainda no mesmo dia, participou do Seminário Empresarial Chile-Coreia, defendendo que “é muito melhor colaborar do que humilhar”. No dia 31, conduziu sua intervenção na cúpula da APEC, onde alertou para a presença do que chamou de “dois elefantes na sala”: os conflitos bélicos e o protecionismo comercial. Nesse sentido, criticou as políticas protecionistas de Donald Trump e os conflitos liderados por Vladimir Putin e Benjamin Netanyahu, que, segundo ele, ameaçam o multilateralismo e a cooperação internacional.

Fontes: [La Tercera](#), 07/10/2025; [El País](#), 12/10/2025; [Prensa – Presidencia de Chile](#), 15/10/2025; [Prensa – Presidencia de Chile](#), 15/10/2025; [La Tercera](#), 30/10/2025; [La Tercera](#), 30/10/2025; [La Tercera](#), 31/10/2025.

Instabilidade, protestos e repressão: os impasses do novo governo no Peru

A crise de segurança pública no Peru, que se prolonga há meses, culminou na queda da então presidente da República, Dina Boluarte, no dia 09 de outubro. Em menos de 24 horas, Boluarte foi destituída por unanimidade pelo Congresso peruano. O estopim para a apresentação e votação de uma moção de vacância contra a presidente foi o ataque a tiros a uma banda peruana de cúmbia, na região metropolitana de Lima. A moção votada pelos congressistas derrubou Dina por “incapacidade moral permanente”, pretexto respaldado pela Constituição peruana em seu Artigo 114. Após a destituição, por sucessão constitucional, ascendeu ao cargo o então presidente do Congresso, José Jeri, uma vez que os dois cargos de vice-presidente estavam vagos desde 2022. O novo presidente, entretanto, já enfrenta crises. No sexto dia de seu mandato, um músico foi morto pela polícia nacional nos protestos, liderados pela juventude, que tomam as ruas do país desde setembro deste ano. As manifestações pedem a revogação de oito leis aprovadas pelo Congresso no governo Dina, que, segundo os manifestantes, beneficiam o crime organizado. As leis ainda são respaldadas pelo governo Jeri. Desde que assumiu o

poder, o novo presidente tem dado especial atenção a temas de segurança pública. No entanto, no mesmo período, o país registrou 75 assassinatos, legitimando os protestos que, segundo pesquisa, são aprovados por 64% da população. Além disso, dez dias depois de assumir a presidência e somente três dias depois de anunciar seu gabinete de ministros, o Congresso colocou em pauta a votação de uma moção de confiança contra o primeiro-ministro. Embora a moção não tenha sido aprovada, ela evidencia a fragilidade do novo governo no Poder Legislativo.

Fontes: [La República](#), 09/10/2025; [La República](#), 10/10/2025; [La República](#), 20/10/2025; [La República](#), 23/10/2025; [La República](#), 27/10/2025; [La República](#), 03/11/2025.

Argentina e Paraguai reforçam alinhamento com os Estados Unidos

Em outubro de 2025, dois acontecimentos foram marcantes no que se refere ao relacionamento bilateral entre Paraguai e Argentina com os Estados Unidos (EUA): os votos contrários dos dois Estados à resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que condena o embargo econômico à Cuba; a designação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV), organizações criminosas brasileiras, como narcoterroristas; e o envio de militares às suas fronteiras com o Brasil após a realização da Operação Contenção, em 28 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ). Tais episódios apontam para um reforço no alinhamento destes países com Washington. O posicionamento na votação da AGNU foi marcante por ter sido inédito. Desde 1992 foram realizadas 33 consultas aos países membros e, em todas, o embargo foi condenado por grande maioria. Todavia, no pleito realizado no dia 29 de outubro, houve uma mudança na posição destes dois membros, que se somaram a outros cinco na posição contrária à resolução da AGNU, se colocando a favor da tese dos EUA. A apreciação foi relevante também por ter marcado a primeira vez em que dois países latino-americanos votaram contra Cuba de maneira simultânea. Por sua vez, a classificação do PCC e do CV como organizações narcoterroristas ocorreu logo após a realização da megaoperação no RJ, a mais letal da história do estado. No dia 29 de outubro, tanto a Argentina quanto o Paraguai categorizaram as organizações de tal maneira, em conformidade com o que pedem os

EUA. A ministra da segurança da Argentina, Patricia Bullrich, afirmou que tal reconhecimento se deu pelo fato de que tais organizações possuem uma “estrutura de poder armado”. Do lado paraguaio, o presidente do país, Santiago Peña, assinou um decreto, no dia 30 de outubro, no qual designou o PCC e o CV como grupos terroristas, o que autoriza o Estado a fazer uso de ferramentas financeiras para combatê-los, bem como usar de listas de vigilância. Por fim, seguindo a concepção de que a possível entrada de membros dessas organizações em suas fronteiras representaria uma ameaça para a segurança nacional, ambos os países buscaram reforçar o aparato de segurança em seus limites territoriais. Ambos declararam estar em “alerta máximo” para monitorar a entrada de brasileiros e mobilizaram tropas de suas Forças Armadas (FA) para o controle fronteiriço. Conclui-se, portanto, que as ações de Argentina e Paraguai em outubro de 2025 não foram episódios isolados, mas sim componentes de um movimento estratégico coeso. O alinhamento com os EUA não se deu apenas no plano discursivo, mas se materializou em ações concretas e quase simultâneas nas três frentes citadas.

Fontes: [G1](#), 29/10/2025; [NTN24](#), 29/10/2025; [La Nación](#), 30/10/2025; [CNN Brasil](#), 30/10/2025; [Brasil Paralelo](#), 31/10/2025; [Giro Latino](#), 01/11/2025.

Agricultores franceses protestam contra acordo Mercosul-UE e blocosul-americano busca ampliar parcerias comerciais

No dia 8, a Comissão Europeia detalhou uma proposta com regras e salvaguardas para proteger os setores agrícolas europeus frente ao Acordo Mercosul-União Europeia. Para atingir seus objetivos, as novas regras funcionariam como um “escudo” contra oscilações nas trocas com o Mercosul em três cenários possíveis: produtos importados do Mercosul com preços 10% mais baixos em relação aos europeus; aumento de 10% nas importações de produtos do Mercosul em relação ao ano anterior e; queda de 10% no preço de importação de um produto do Mercosul em relação ao ano anterior. Se for concluído que houve prejuízo aos setores atingidos, a União Europeia poderá suspender temporariamente os benefícios tarifários previstos no acordo. O mecanismo ainda precisa ser aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia. Mesmo assim, diante dos fatos, os agricultores franceses mantiveram uma manifestação

que estava agendada previamente contra o Acordo Mercosul-EU. A Confederação Camponesa, terceiro maior sindicato do setor na França, pressiona o presidente Emmanuel Macron para que ele não apoie o acordo e proteja os agricultores. Os manifestantes alegaram que as cláusulas de proteção não podem garantir um equilíbrio comercial entre os dois blocos. Na contramão dos protestos, em encontro com parlamentares no Brasil, por meio da Comissão de Relações Exteriores (CRE), o presidente do Senado da Itália, Ignazio La Russa, disse que seu país é favorável à concretização do acordo. No âmbito do Mercosul, foi anunciada no dia 10 de outubro, a retomada das negociações para a assinatura de um acordo de livre-comércio com o Canadá. As reuniões preparatórias que aconteceram no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em Brasília, contaram com a participação de negociadores-chefe do Mercosul e do Canadá que discutiram áreas potenciais de intercâmbio como acesso a mercados, regras de origem, facilitação de comércio, compras governamentais etc. Essas negociações se somam às tratativas iniciadas no início de outubro em direção a um Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia que pretende expandir as exportações sul-americanas para o país asiático. As reuniões, que aconteceram em Nova Delhi, contaram com a participação de representantes da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, do Ministério de Relações Exteriores e Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil e da Secretaria de Comércio da Índia e trataram de outros temas para além da questão comercial como a reforma da Organização Mundial do Comércio, a COP30 e a atuação no BRICS. No dia 23, o presidente Lula anunciou que pretende avançar nas negociações para a assinatura de um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a Indonésia. A fala ocorreu durante encontro de países asiáticos em Jacarta e, na ocasião, o mandatário brasileiro também defendeu medidas de facilitação de comércio em moedas locais, entre os dois países, por intermédio do BRICS.

Fontes: [CNN Money](#), 08/10/2025; [G1](#), 08/10/2025; [Carta Capital](#), 08/10/2025; [Senado Notícias](#), 09/10/2025; [Agência Brasil](#), 09/10/2025; [Ministério das Relações Exteriores](#), 10/10/2025, [UOL](#), 14/10/2025; [CNN Brasil](#), 23/10/2025.

